

NOTA INFORMATIVA

Programa de Financiamento da República Portuguesa para 2021

O Programa de Financiamento para 2021 contempla as linhas gerais da política a seguir em termos da gestão da dívida direta e das disponibilidades de tesouraria do Estado.

De acordo com as estimativas mais recentes, as necessidades de financiamento para 2021 são as seguintes:

	2017	2018	2019	2020 P	2021 P
Necessidades de financiamento do Estado	28,3	20,3	19,2	24,9	25,6
Necessidades líquidas de financiamento	10,4	7,3	9,5	17,2	14,0
Défice orçamental ^(a)	4,8	3,7	3,9	12,5	10,0
Aquisição líquida de ativos financeiros ^(b)	5,2	3,7	5,6	4,7	4,0
Operações pontuais ^(c)	0,4				
Amortizações de MLP	17,9	13,0	9,7	7,7	11,6
OT + MTN ^(d)	7,9	7,5	7,7	7,7	8,1
OTRV					3,5
UE/FMI (executado)	10,0	5,5	2,0		
UE/FMI (maturidade do empréstimo)					
Fontes de financiamento do Estado	28,3	20,3	19,2	24,9	25,6
Uso de depósitos	0,4	0,5	2,5	-10,2	6,7
Financiamento durante o ano	27,9	19,9	16,7	35,2	18,9
Executado	27,9	19,9	16,7	35,2	0,0
UE-FMI				3,0	
OT + MTN	15,1	16,4	15,7	27,2	
OTRV	3,5	1,0			
CA/CT/CTPM (líquido)	2,8	1,3	0,8	0,7	
BT (líquido)	0,3	-1,8	-1,4	-0,5	
Outros (líquido) ^(e)	6,2	2,9	1,6	4,8	
Por executar					18,9
UE					2,9
OT + MTN					15,0
OTRV					
CA/CT/CTPM (líquido)					0,0
BT (líquido)					0,0
Outros (líquido) ^(e)					1,0
Saldo de disponibilidades de Tesouraria no final do ano ^(f)	9,8	9,3	6,8	17,0	10,4

^(a) Défice do subsector Estado em contas públicas para 2017-21.

^(b) Inclui refinanciamento de outras entidades públicas (nomeadamente empresas públicas) e linhas de crédito ao Fundo de Resolução (nacional) e Fundo de Resolução Europeu

^(c) Inclui outras operações com impacto na determinação das necessidades de financiamento do Estado (ex. recapitalização bancária em 2010-13, receitas de privatização).

^(d) Inclui impacto líquido de operações de troca.

^(e) Inclui centralização de fundos de outras entidades da Tesouraria Central do Estado.

^(f) Exclui contas margem associadas a instrumentos derivados.

1. Necessidades de financiamento

O montante das necessidades de financiamento líquidas do Estado no ano de 2021 deverá situar-se em cerca de **14 mil milhões de euros**.

2. Estratégia de financiamento

A estratégia de financiamento para 2021 centrar-se-á na emissão de títulos de dívida pública nos mercados financeiros em EUR com realização regular de emissões de Obrigações do Tesouro (OT), para promover a liquidez e um funcionamento eficiente dos mercados primário e secundário.

Oportunidades para realizar operações de troca e recompras de títulos serão exploradas.

3. Emissão de Obrigações do Tesouro (OT)

Um montante de EUR **15 mil milhões** será obtido via emissão bruta de OT, combinando sindicatos e leilões, assegurando emissões mensais.

Os leilões de OT terão a participação dos Operadores Especializados de Valores do Tesouro (OEVT) e Operadores de Mercado Primário (OMP) e serão realizados à 2ª ou 4ª quartas-feiras de cada mês. O montante indicativo e as linhas de OT a reabrir serão anunciados ao mercado até 3 dias úteis antes do leilão.

4. Emissão de Bilhetes do Tesouro

Em 2021, espera-se que o financiamento líquido resultante da emissão de BT tenha um impacto nulo no saldo. Será mantida a estratégia de emissão ao longo de toda a curva, combinando prazos curtos com prazos longos.

O IGCP manterá a realização de leilões mensais de BT na 3ª quarta-feira de cada mês e, se a procura de investidores o justificar, pode usar também a 1ª quarta-feira.

O montante indicativo dos leilões continuará a ser anunciado ao mercado através de um intervalo. A decisão de alocação a cada série caberá ao IGCP em função da procura verificada e do respetivo preço.

O calendário e montantes indicativos dos leilões de BT a realizar no 1º trimestre de 2021 constam do quadro seguinte:

Instrumento	Operações	Data indicativa	Montante indicativo (milhões de euros)
BT16JUL2021	Reabertura (6 meses)	20-Jan-21	1250-1500
BT21JAN2022	Lançamento (12 meses)		
BT21MAI2021	Reabertura (3 meses)	17-Fev-21	1000-1250
BT21JAN2022	Reabertura (11 meses)		
BT17SET2021	Reabertura (6 meses)	17-Mar-21	1250-1500
BT18MAR2022	Lançamento (12 meses)		

5. Outro financiamento

Poderão ainda ser realizadas emissões no âmbito do programa EMTN, em função das oportunidades de mercado que se enquadrem na estratégia de financiamento.

6. Gestão de riscos e programa de recompras

A gestão do risco de refinanciamento implicará que as operações de financiamento a realizar evitarão a criação de excessivas concentrações temporais de amortizações, assim como a possibilidade de realização de operações de recompra de dívida, oportunamente anunciadas ao mercado.

Como habitualmente, o IGCP manterá flexibilidade para introduzir na execução deste programa os ajustamentos que se venham a revelar necessários face à evolução dos mercados e das necessidades de financiamento ao longo do ano.

IGCP, 7 de janeiro de 2021